



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS**

**Município: DIVINÓPOLIS/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Programada eixo COVID-19

**Entidade Responsável:** FMS DIVINOPOLIS

**CPF/CNPJ:** 19.166.979/0001-09

**Município/UF:** DIVINÓPOLIS-MG

**Unidade Visitada:** HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS

**CPF/CNPJ:** 20.146.064/0001-02

**Município/UF:** DIVINÓPOLIS/MG

**Demandante:** Componente Estadual do SNA

**Forma:** Direta

**Objeto:** Gestão

**Abrangência:** março/2020 a novembro/2021

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	16/12/2020	31/03/2021
Execução - In loco	04/05/2021	07/05/2021
Relatório	10/05/2021	31/05/2021
Execução - In loco	23/11/2021	26/11/2021

**Tarefa Nº:** 123951

**Natureza da Entidade:** Privado com fins lucrativos

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**ELIS REGINA GUIMARAES**

**Cargo:** Diretora Presidente

**Exercício:** Desde 02/01/2020

### III - INTRODUÇÃO

#### 1- FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Auditoria nº 636



#### 2- Objetivo e Escopo

Realizar auditoria programada Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis tendo como unidade visitada o Hospital São João de Deus com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no período de março/2020 a novembro/2021 no enfrentamento da COVID-19.

#### 3 - Caracterização do Objeto de Auditoria

Divinópolis é município pólo da Macrorregião de Saúde Oeste e da microrregião de Divinópolis. Possui população estimada de 240.408 hab (estimativa IBGE 2020) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,764. É habilitado em gestão sobre seus prestadores.

A unidade hospitalar visitada no município de Divinópolis é o Hospital São João de Deus - CNPJ 20.146.064/0001-02 (CNES 2159252) que é uma entidade sem fins lucrativos. A instituição foi contemplada com o Incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio Resoluções SES/MG nº 7160/2020 e 7.295/2020. No período de abrangência da análise (março/2020 a novembro/2021) para atendimento à SRAG-COVID-19, o hospital possuía 20 leitos UTI Adulto, sendo destes 10 destinados ao SUS, em área física distinta da UTI COVID para atendimento de outros convênios/particular, 15 leitos de UTI pediátricos, sendo destes 10 destinados ao SUS e 36 leitos clínicos na enfermaria (consulta SCNES em 05/05/2021). De acordo com o Ofício no 237/2021 – DIR/CSSJD, de 02/02/2021, considerando a Deliberação CIB-SUS/MG no 3.348 de 15 de março de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG no 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, o Hospital São João de Deus apresenta a seguinte estrutura de leitos destinados aos pacientes usuários do SUS, em função da COVID-19: UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTA – SRAG COVID: 10 Leitos classificados como sendo novos (ampliados em maio/2020, habilitados pelas Portarias GM/MS no 1.516/2020, Portaria no 2.642/2020 e Portaria no 373/2021) e mais 10 Leitos já existentes habilitados pela Portaria SAS no 1.132/2016; UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA – SRAG COVID: 10 Leitos classificados como sendo novos (ampliados 05 Leitos em meados de maio/2020 e mais 05 Leitos em Janeiro/2021, habilitados pelas Portarias GM/MS no 3.570/2020, Portaria no 373/2021 e Portaria no 431/2021); LEITOS DE ENFERMARIA: 36 Leitos clínicos. Por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.487, de 03/08/2021, houve alteração da grade hospitalar para 30 leitos clínicos, mantendo-se o número de leitos complementares. Em 24/09/2021, através da Deliberação CIB- SUS/MG, a grade de leitos foi atualizada para: 20 leitos clínicos, 02 leitos UTI adulto classificados como existentes e 10 leitos UTI adulto classificados como novos e 10 leitos UTI pediátrica. Em 27/10/2021, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.582, o hospital passou a apresentar a seguinte estrutura da grade de leitos SUS COVID-19: 16 leitos clínicos, 10 leitos UTI adulto classificados como novos e 10 leitos UTI pediátrica.

#### IV - METODOLOGIA

##### FASE ANALÍTICA

A fase analítica da auditoria foi desenvolvida no período de 23/12/2020 a 10/03/2021, por meio de:

- Consulta ao Plano de Contingência da SES/MG da Macrorregião Oeste;
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas relacionadas ao Hospital São João de Deus para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da COVID 19 no período de março/2020 a março/2021.
- Extração e análise dos dados do Hospital Divinópolis nos portais SCNES, SIH, Núcleo de Regulação da SRS/Divinópolis, SUSFácil, SIGRES.
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem federal repassados para o Hospital São João de Deus para enfrentamento do COVID-19 do período de março/2020 a março/2021;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para o Hospital São João de Deus para enfrentamento do COVID-19 do período de março/2020 a março/2021;
- Análise da documentação encaminhada por e-mail pela entidade, referente ao Anexo II do Comunicado de Auditoria enviado ao Hospital São João de Deus.

##### FASE OPERATIVA

Auditoria nº 636



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Dia 11/03/2021 - Videoconferência de abertura da auditoria às 13h30 com participação das auditoras da SES/MG e dos representantes do Hospital São João de Deus, sendo estes Sra. E. R. G. - Diretora Presidente, Sr. A.W. - Diretor Administrativo Jurídico, Sr. C.T. - Diretor Financeiro, Sr. G.D.C. J. - Gerente de Relacionamento, Sr. J. F.A.A. - Gerente de Enfermagem, Sr. D.K.- Assessora SUS e Sra. K.M.A.Coordenadora de Prestação de Contas.

Dia 20/04/2021, foi realizada videoconferência às 8hs com a Coordenadora de prestação de contas e o Diretor Financeiro do hospital para esclarecimentos e recebimento de documentação do setor financeiro.

De 11/03/2021 a 10/05/2021 – análise da documentação enviada pelo Hospital São João de Deus e contatos telefônicos para esclarecimentos e complementação de documentação.

De 05/05/2021 a 07/05/2021, auditoria *in loco* pelas auditoras assistenciais no Hospital São João de Deus para análise de prontuários, realização de entrevistas e verificação de documentos. Para a análise de prontuários *in loco* para as constatações quanto à utilização de equipamentos/materiais/insumos, internações conforme processo regulatório estipulado, utilização de protocolo de manejo clínico e protocolos de segurança/fluxo organizado, a equipe verificou uma amostra de 143 prontuários, selecionados aleatoriamente, a partir do total de prontuários correspondentes a 188 internações realizadas pelo Hospital São João de Deus, pelo procedimento 03.03.01.022-3 TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS – COVID 19, verificadas no SIH pelo sistema TABNET, para o período de março/2020 a fevereiro/2021. O critério para definição da amostra de prontuários foi adotado conforme Orientação técnica AUDSUS nº 05/2021 (Padronização dos critérios para definição de amostragem de prontuários para as Auditorias Programadas COVID-19).

Dia 10/05/2021 - 9hs - Videoconferência para encerramento e assinatura do Termo de Auditoria com a presença da Sra. E. R.G., Diretora Presidente, Sra. D. K, Assessora SUS e Sra. K. M.A., Coordenadora de Prestação de Contas do Hospital juntamente e equipe de auditoria.

De 23 a 26/11/2021 - Realização de Diligência ao hospital. Na análise para a verificação quanto da ocupação de Leitos de UTI/SUS COVID Adulto disponibilizados para atendimento de usuários SUS no enfrentamento ao COVID-19, foram selecionados os dois meses (março/2021 e abril/2021) com as maiores negativas de internações em leitos complementares no Sistema de Regulação Estadual – SUSFácil no período de abrangência, e também os dias correspondentes a fase operativa *in loco* (24 e 25/11/2021). A equipe verificou *in loco* 146 prontuários referentes as internações em leitos de UTI/SUS COVID Adulto, que foram compatibilizados com o quantitativo desses leitos no Plano de Contingência e Grades de Leitos, CNES e registros próprios do Prestador auditado, a fim de evidenciar a eventual irregularidade na utilização de leitos de UTI/SUS COVID Adulto pela internação de pacientes do sistema privado.

- Realização de reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria da fase de Diligência e assinatura do Termo de Auditoria, com a presença da Sra. L.M.R., Analista Estratégica do SUS, representando a instituição auditada.

LIMITAÇÕES Não

houve.

#### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 625257

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Comprovação de despesas

**Constatação:** O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos de origem Federal para o enfrentamento da COVID-19

Auditoria nº 636



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



conforme preconizado nas Portarias GM/MS nºs 1.393/2020, 1.448/2020, 1.516/2020 e 2.642/2020.

#### Evidência:

Constatou-se que no período de março/2020 a março/2021 o hospital recebeu o valor total de R\$7.806.671,05 (sete milhões oitocentos e seis mil seiscentos e setenta e um reais e cinco centavos) referente às Portarias GM/MS nºs 1.393/2020, 1.448/2020, 1.516/2020 e 2.642/2020 para enfrentamento a COVID-19, conforme demonstrado na ANEXO 01 - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Divinópolis ao Hospital São João de Deus no período de 01/03/2020 a 31/03/2021, anexa a este relatório. O Hospital São João de Deus não utilizou os recursos financeiros recebidos conforme preconizado na legislação vigente. Houve desvio de objeto na aplicação destes recursos financeiros com aquisição de medicamentos e insumos não relacionados diretamente ao enfrentamento da COVID-19. Foram apresentadas despesas quitadas com recurso destas portarias para aquisição de material para clínica cirúrgica (fios cirúrgicos) e medicamentos oncológicos. O valor total dos recursos provenientes da Portaria GM/MS nºs 1393/2020 e 1448/2020 usados em desvio de objeto foi de R\$ 722.289,32 (setecentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos). O valor total dos recursos provenientes da Portaria GM/MS nºs 1516/2020 e 2642/2020 utilizados em desvio de objeto foi de R\$ 138.302,49 (cento e trinta e oito mil trezentos e dois reais e quarenta e nove centavos). Tal fato está em desacordo com a Lei 13.995/2020, art. 3º; Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020, art. 5º, Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020, art. 1º e art. 2º, Portaria GM/MS nº156 art. 1º e Portaria GM/MS nº 2642/2020 art. 1º.

#### Fonte da Evidência:

Extratos bancários da conta corrente nº 1202-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021, conta corrente 3726-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021; Notas fiscais apresentadas pelo hospital do período de março/2020 a março/2021 referentes à Prestação de Contas das Portarias nºs 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020.

#### Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: O CSSJD conforme já destacado foi a referência macrorregional para assistência à covid-19 na região, disponibilizando 20 leitos de UTI adulto e 36 leitos clínicos, conforme definido com os gestores de saúde, verificando períodos em que a ocupação por pacientes contaminados ou com suspeita quase extrapolou a sua capacidade física de atendimento, sendo pois imprescindível e extremamente necessário cada um dos valores transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde direcionados ao combate dessa doença, seja via Fundo Municipal de Saúde ou pelo Fundo Estadual de Saúde.

Na referida constatação foi identificado que o hospital recebeu recursos das Portarias GM/MS n. 1.393/2020, 1.448/2020, 1.516/2020 e 2.642/2020 para enfrentamento à covid-19. Neste contexto, importante destacar que os valores decorrentes das duas primeiras portarias, possui relação direta com a Lei 13.995/2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro dado pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS.

Tal incentivo financeiro possuía o objetivo de preparar os estabelecimentos de saúde filantrópicos que atuam de forma complementar ao SUS para "trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população" (art.1º). O artigo terceiro desta lei estabelece que os valores oriundos desta lei deveriam ser empregados nos termos ali dispostos, vejamos:

Art. 3º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos desta Lei deverá ser, obrigatoriamente, aplicada na aquisição de medicamentos, de suprimentos, de insumos e de produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia da Covid-19 e com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Auditoria nº 636



Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais, observadas as disposições do caput deste artigo e o disposto no art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

O legislador estabeleceu que os valores deveriam ser empregados na aquisição de medicamento, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimento adequado a população, entretanto, destaca-se que não foi restringido a aquisição destes itens somente aos atendimentos covid-19, principalmente porque o objetivo da Lei era preparar as Instituições Hospitalares para trabalharem de forma articulada com os gestores públicos no combate à pandemia. Portanto, a manutenção de prestadores de serviços equilibrados e com sustentabilidade para executar os serviços de atendimento a população era o objetivo principal do legislador.

O Ministério da Saúde para operacionalizar o repasse desse incentivo financeiro aos prestadores de serviços editou duas portarias: a Portaria GM/MS nº 1.393/2020 e a 1.448/2020. Na primeira foi reproduzido o disposto na Lei n. 13.995/2020, inclusive a obrigação descrita no artigo terceiro desta, com redação idêntica, vejamos:

Art. 5º A integralidade dos recursos transferidos às entidades beneficiadas deverá ser aplicada, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a Pandemia da Covid-19 e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos.

A Portaria n. 1.448/2020 somente tratou da transferência dos valores correspondentes a segunda parcela do auxílio financeiro, abstendo-se de mencionar a aplicação específica do valor, o que traz a necessidade de seguir o estabelecido na Lei n. 13.995/2020 e na portaria anterior (Portaria n. 1.393/2020). Desta forma, não há a limitação de aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares somente para os utilizados no combate da covid-19, inclusive à época inúmeros questionamentos e esclarecimentos foram realizados por órgãos colegiados representativos dos Secretários de Saúde visando clarear esses pontos, em que ficou bem definido isso, nesse contexto, destaca-se o documento abaixo:

#### 7. Como devem ser aplicados os valores financeiros recebidos?

A Lei nº 13.995/20 é clara quando define a aplicação integral de tais recursos nos seguintes itens: i) aquisição de medicamentos, de suprimentos, de insumos e de produtos hospitalares para o atendimento adequado à população; ii) aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva; iii) o aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia da covid-19; e iv) com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Assim, o gestor local e os gestores hospitalares, de comum acordo, devem definir, dentre os mencionados no rol acima, os itens a serem custeados de acordo com a realidade local e necessidade de atendimento da população como preparação para o enfrentamento do coronavírus, independentemente de receber ou não pacientes suspeitos ou contaminados pela doença. Destaque-se que não existe a obrigação de contemplar todos os itens descritos na norma, sendo que esta definição deve ser negociada entre os gestores locais e as entidades de modo a atender ao objetivo de preparar as entidades trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população.

Auditoria nº 636





Ressalta-se a necessidade de a forma de aplicação dos recursos estar descrita nos planos de trabalhos e/ou contratos firmados entre as partes, visando à correta efetivação dos dispositivos legais e à necessária transparência.[1]

Os referidos valores foram transferidos ao Complexo de Saúde São João de Deus mediante a formalização do quarto termo aditivo ao contrato n. 007/2019, vigente à época, para que a Instituição se preparasse de forma adequada para o enfrentamento à pandemia de covid-19 de forma articulada com os gestores local, estadual e nacional.

Não obstante, a ausência de definição específica no referido termo aditivo de como empregar o recurso, o Complexo de Saúde São João de Deus adotando uma postura conservadora direcionou os recursos referente ao auxílio emergencial especificamente para aquisição de materiais e insumos utilizados diretamente na assistência aos pacientes com covid-19 ou mesmo em serviços a vinculados a assistência a este prestada, a fim de evitar questionamentos como o apresentado na referida auditoria. Entretanto, por uma questão interna que resultou em um erro na operacionalização dos valores creditados nas contas do hospital, houveram pagamentos efetivados com recursos das contas vinculados, como era o caso da Conta Corrente n. 1202-4 da Caixa Econômica Federal, em que foram realizados pagamentos de materiais e medicamentos que deveriam ter sido quitados com recursos de outras contas bancárias e, automaticamente os itens que deveriam ter sido pagos com os valores das contas vinculadas foram quitados com recursos de outra conta, como é o caso da conta movimento, cujos recursos foram utilizados para pagar boa parte dos itens adquiridos.

Em função disso, inúmeras das notas avaliadas pela equipe de auditoria e juntadas equivocadamente no processo de prestação de contas, não pertencem a esse foram produtos e medicamentos adquiridos pelo Complexo de Saúde, mas que deveriam ter tido os seus valores quitados com recursos de outras contas da Instituição, mas por uma falha operacional do responsável, à época, pelo setor financeiro os pagamentos não foram efetivados nas contas certas.

Diante disso, a equipe do Hospital realizou uma busca ativa de todas as compras de materiais, medicamentos e insumos hospitalares adquiridos à época visando demonstrar o erro ocorrido na gestão da conta de pagamento, erro esse que embora esteja trazendo todo esse transtorno, não resultou em nenhum prejuízo financeiro aos cofres públicos, visto que os produtos foram adquiridos, no mesmo período porém com recursos creditados na conta geral do hospital, quando na verdade tal débito deveria ter ocorrido na conta corrente 1202-4.

Desta forma, havendo a comprovação de que os bens foram adquiridos com recursos próprios presentes em outra conta bancária do hospital, por um mero erro operacional e de que não houve nenhum prejuízo ao erário, requer o afastamento dessa inconformidade, bem como de todas as demais listadas nessa auditoria relacionada a aquisição de medicamentos oncológicos e fios cirúrgicos, face a ocorrência de simples erro na gestão das contas bancárias que resultou na autorização de débito desses produtos na conta errada.

Em relação aos recursos transferidos ao Hospital em função da Portaria n. 1.516/2020 cumpre esclarecer que tais valores foram destinados à Instituição para assegurar o custeio dos leitos de UTI, disponibilizados exclusivamente para assistir aos pacientes covid-19, conforme dispõe o art. 1º abaixo transcrito:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações de que trata o caput ocorrerá, excepcionalmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Então tais valores foram destinados ao hospital por este ter disponibilizado 10 leitos de UTI exclusivos para atendimento aos pacientes covid-19, pelo período mínimo de 90 dias, já a Portaria GM/MS n. 2.642/2020 prorrogou a referida habilitação por mais 30 dias, conforme dispõe o seu art. 1º, que a seguir transcrevemos:

Auditoria nº 636



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, a habilitação dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 90 (noventa) dias da habilitação de leitos constantes da Portaria citada no Anexo, referentes à competência setembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

O recurso de ambas as portarias possui o mesmo fato gerador e deveria ser empregado no custeio da Fundação, sendo recursos decorrentes de serviços prestados, quais seja a disponibilização de 10 leitos de UTI Covid -19, que enseja a assunção de uma despesa fixa, principalmente porque havendo ou não ocupação dos leitos a equipe deve permanecer a disposição. Os valores dessas portarias foram creditados na conta corrente n. 3726-4 da Caixa Econômica Federal (conforme demonstrativos em anexo) e não na conta n. 1202-4 conforme informado no relatório.

Os leitos de UTI foram destinados exclusivamente para atender aos pacientes com a doença. Em regra, por se tratar de recursos decorrentes de remuneração por serviços prestados, em tese, não haveria limitação a sua utilização, mas assim como os valores do auxílio emergencial, o Complexo de Saúde adotou uma posição mais conservadora no emprego desses valores, destinando a sua totalidade para custear recursos vinculados a assistência aos pacientes confirmados e com suspeita de estarem com covid-19.

Entretanto, novamente o desconhecimento do responsável pelo setor financeiro "à época" determinou a quitação das despesas relacionadas aos serviços assistenciais da covid-19 com recursos de outras contas bancárias, quando na verdade acreditava-se que esses valores estavam saindo da conta corrente n. 3726-4, situação essa que conforme quadro/planilhas anexas já foram sanadas, inclusive com a comprovação da quitação das notas desses produtos com recursos da conta movimento do Hospital, conta corrente n. 28.902.463-3, agência n. 4027 do banco Sicoob.

Enfim, em função de tudo o que até agora foi exposto verifica-se a ocorrência de simples erro no gerenciamento das contas bancárias da Fundação Geraldo Corrêa, visto que o pagamento dos medicamentos, materiais ou produtos adquiridos para o emprego direto na assistência disponibilizada aos pacientes com covid-19 foram quitados com recursos da conta movimento do Hospital conta corrente n. 28.902.463-3, agência n. 4027 do banco Sicoob e em contrapartida os itens debitados nas contas correntes n. 1202-4 e na 3726-4 é que deveriam ter sido quitados com os valores presentes na conta movimento.

Inclusive, importante destacar que na conta corrente n. 3726-4 (destinada ao crédito dos valores das Portarias n. 1.516 e 2642/2020) a Fundação Geraldo Corrêa realizou o crédito de mais de 600 mil reais (mais precisamente R\$693.810,64), no período sob exame conforme planilha em anexo, que demonstra o montante transferido e a respectiva conta de origem, para assegurar o emprego na finalidade dos referidos instrumentos. Então conforme pontuado no relatório os valores que ora se pretende o ressarcimento (R\$185.788,67) é muito inferior ao montante já creditado pela Fundação e utilizado de forma correta por essa, na aquisição de itens empregados na assistência aos pacientes covid-19.

De fato ocorreu um claro equívoco no manejo das contas bancárias da Fundação, mas de forma alguma houve qualquer desvio ou prejuízo aos cofres públicos, com a utilização de recursos de contas diferentes para quitação das despesas incorridas pelo hospital no combate aos perniciosos efeitos da pandemia de covid-19, razão pela qual a penalidade de devolução dos valores se revela totalmente indevida, considerando a utilização de recursos próprios para quitação das despesas que deveriam ter sido creditadas inicialmente na conta 1202-4, que é o que se pede nessa oportunidade.

#### Análise da Justificativa:

Inicialmente, a justificativa apresentada aborda artigos da Lei 13.995/2020 que dispõe sobre o auxílio financeiro dado pela União às santas casas e hospitais filantrópicos que participam de forma complementar do SUS e sua relação direta com as Portarias GM/MS nº1393/2020 e 1.448/2020 que operacionalizaram o repasse dos recursos. O exposto pelo auditado não se opõe ao apresentado como legislação da nãoconformidade (Portaria GM/MS nº1393/2020 e 1.448/2020), porém o auditado apresenta interpretação distinta, considerando que "a

Auditoria nº 636





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



manutenção de prestadores de serviços equilibrados e com sustentabilidade para executar os serviços de atendimento à população era o objetivo principal do legislador". Portanto, neste sentido, o auditado considera que o recurso poderia ser utilizado para outros fins senão o enfrentamento da COVID-19. A equipe de auditoria mantém o sentido inicial exposto no relatório de que os recursos financeiros vinculados às portarias citadas estavam diretamente ligados ao enfrentamento da COVID-19.

Na sequência, o auditado reconhece que apesar de ter adotado medida conservadora, direcionando os recursos referente ao auxílio emergencial especificamente para aquisição de materiais e insumos utilizados diretamente na assistência aos pacientes com covid-19 ou mesmo em serviços a vinculados a assistência a este prestada, houve erro na operacionalização dos valores creditados nas contas do hospital, com pagamentos efetivados com recursos das contas vinculadas e que deveriam ter sido quitados com recursos de outras contas bancárias.

O auditado enviou documentação comprobatória em que apresenta extratos bancários da conta corrente nº 28.902.463-3 - SICOOB CREDICOM - Ag.4027-4. do período de junho a outubro/2020, relação de medicamentos com notas fiscais demonstrando que utilizou recursos próprios no pagamento destes medicamentos (utilizados no enfrentamento da COVID-19) no valor de R\$ 800.488,67 e planilha de material no valor de R\$ 289.642,91.

Em relação aos recursos transferidos ao Hospital em função da Portarias GM/MS nº 1516/2020 e 2642/2020 da conta corrente nº 3726-4, o auditado esclarece que os valores creditados foram destinados à Instituição para assegurar o custeio dos leitos de UTI, disponibilizados exclusivamente para assistir aos pacientes COVID-19, sendo recursos decorrentes de serviços prestados, que em regra, não haveria limitação a sua utilização. A equipe de auditoria considera correto o apontamento feito pela entidade, descaracterizando o uso incorreto do recurso.

O auditado reconhece que apesar de ter adotado medida conservadora, direcionando os recursos custeio dos leitos de UTI para aquisição de materiais e insumos utilizados diretamente na assistência aos pacientes com covid-19 ou mesmo em serviços a vinculados a assistência a este prestada, houve erro na operacionalização dos valores creditados nas contas do hospital, com pagamentos efetivados com recursos das contas vinculadas e que deveriam ter sido quitados com recursos de outras contas bancárias.

Por fim, a entidade aponta que transferiu recursos próprios durante o período de março/2020 a março/2021 em valor superior ao proposto para devolução pela auditoria (R\$693.810,64), com documentação comprobatória.

O auditado reconhece o erro operacional na movimentação das contas bancárias e, considerando o exposto acima, solicita o afastamento da medida corretiva de devolução. Por fim, considerando o contexto singular imposto pela Pandemia COVID-19, a efetiva assistência prestada pela entidade e utilização de recursos próprios no valor superior ao apontado para devolução pela auditoria e avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a nãoconformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 625421

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Comprovação de despesas

**Constatação:** O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos de origem Estadual referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com a Resolução SES/MG nº 7160/2020.

**Evidência:** Constatou-se que no período de março/2020 a março/2021 o hospital recebeu o valor total de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) referente às Resolução SES/MG nº 7160/2020 (identificada pelo hospital como Deliberação CIB-SUS nº3186/2020) para enfrentamento a COVID-19, conforme demonstrado no ANEXO 02 Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) de Minas Gerais ao Hospital São João de Deus no período de 01/03/2020 a 31/03/2021 deste relatório. O Hospital São João de Deus não utilizou os recursos financeiros recebidos

Auditoria nº 636



conforme preconizado na legislação vigente. Houve desvio de objeto na aplicação destes recursos financeiros com aquisição de medicamentos e insumos não relacionados diretamente ao enfrentamento da COVID-19. Foram apresentadas despesas quitadas com recurso desta resolução (com origem na Portaria GM/MS nº 395/2020) para aquisição de material para clínica cirúrgica (fios cirúrgicos) e medicamentos oncológicos. O valor total dos recursos provenientes da Resolução SES/MG nº 7160/2020 em desvio de objeto foi de R\$ 39.289,83 (trinta e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos). Tal fato está em desacordo com a Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 12, Resolução SES/MG nº 7160/2020, art. 1º, 2º e 7º e Anexo IV.

**Fonte da Evidência:** Extratos bancários da conta corrente 3726-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021; Notas fiscais apresentadas pelo hospital do período de março/2020 a março/2021 referentes à Prestação de Contas da Resolução SES/MG nº 7160/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: Tal constatação informa que o Hospital utilizou os recursos de origem estadual recebidos, supostamente para o enfrentamento à covid-19 via Resolução SES/MG n. 7160/2020. Conforme consta no relatório preliminar a Instituição teria recebido o valor de R\$456.000,00 em decorrência daquela resolução para o enfrentamento à covid-19 e teria quitado despesas no valor de R\$39.289,83 estranha ao objeto desta no período sob exame.

Inicialmente, importante reafirmar que os recursos creditados na Conta Corrente n. 3726-4 da Caixa Econômica Federal referem-se aos valores decorrentes das Portarias GM/MS n. 1.516 e a 2.642 ambas de 2020, em função da disponibilização de 10 leitos de UTI exclusivos para assistir aos pacientes com covid-19, pela Fundação Geraldo Corrêa e, conforme já esclarecido acima tais valores foram utilizados para custear as despesas da Instituição com a assistência disponibilizada naquela ocasião, entretanto, ocorreu um equívoco no direcionamento dos valores a efetivarem a quitação, conforme já esclarecido.

Assim, os medicamentos e produtos que deveriam ter sido quitados com recursos da conta movimento (conta corrente n. 28.902.463-3, agência n. 4027 do banco Sicoob) foram quitados com recursos da conta 1202-4 e 3726-4, porém a planilha em anexo, juntamente com todas as notas fiscais que a essa acompanham demonstram que o ocorrido não se tratou de mero erro na operacionalização das contas bancárias, especialmente as que continham os recursos com destinação específica, com o emprego de recursos próprios da Fundação para quitar tais despesas.

Além disso, acerca dos valores da Resolução SES/MG n. 7.160/2020 destaca-se que estes foram transferidos para:

Art. 1º - Autorizar a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único - Os recursos de que trata esta Resolução serão distribuídos em parcela única, a título de incentivo pela disponibilização de novos leitos de UTI adulto e/ou pediátrico no sistema SUSfácilMG, e deverão ser utilizados pelos estabelecimentos de saúde no custeio das ações relacionadas ao enfrentamento da COVID-19.

No artigo segundo dessa mesma resolução consta que as instituições elegíveis ao recebimento desse incentivo deveriam ter disponibilizado novos leitos de terapia intensiva no SUSfácil entre os dias 01/04/2020 e 30/06/2020 e, estando a Fundação abrangida por esse requisito fez jus ao recebimento do valor de R\$456.000,00. Tal valor foi creditado na Conta Corrente n. 27.728-2 do Banco do Brasil em 12/08/2020, entretanto, o Hospital somente teve conhecimento desse valor em abril de 2021, quando foi transferido o valor de R\$423.000,00 para a Conta Corrente n. 900.089-4 da Caixa Econômica Federal.

Esse lapso temporal decorre de problemas enfrentados pela Fundação Geraldo Corrêa com o Banco do Brasil à época, que inclusive resultou na dificuldade de identificar o valor creditado em agosto de 2020. O problema resultou no impedimento do acesso a conta da instituição naquela instituição financeira, resultando na transferência do recurso para outro banco.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Assim, verifica-se que os valores utilizados para custear as despesas de R\$39.289,83 de fato não possuem origem nos recursos transferidos ao hospital em função da Resolução SES/MG n. 7160/2020, mas sim nos valores que compõem a Conta Corrente n. 3726-4 da Caixa Econômica Federal que são os valores decorrentes das Portarias GM/MS n. 1.516 e 2.642/2020, estando, pois, a premissa utilizada pela equipe de auditoria errada em relação a esses recursos.

No entanto, a exemplo do já esclarecido acima de fato houve na utilização dos valores creditados nas contas bancárias da Fundação Geraldo Corrêa, especialmente quanto ao pagamento das despesas. Isto é, as despesas que deveriam ter sido quitadas na conta movimento do Hospital (conta corrente n. 28.902.463-3, agência n. 4027 do banco Sicoob), que são os medicamentos oncológicos e fios cirúrgicos identificados na auditoria, foram todas debitadas nas contas que possuíam recursos com destinação específica, que é o caso das Contas Correntes 1202-6 e 3726-4, ambas da Caixa Econômica Federal, porém os produtos adquiridos no mesmo período com recursos próprios - creditados na conta movimento - cuja destinação foi assistir aos pacientes com suspeita ou confirmados com covid-19, demonstram e corroboram o erro sustentado no gerenciamento das contas, mas que prejuízo algum trouxe ao erário, pois a Instituição adquiriu o que era necessário com recursos próprios e, inclusive creditou valores próprios nas contas específicas.

Embora, a movimentação bancária tenha sido realizada de forma incorreta os valores quitados pela Fundação, no mesmo período, com recursos próprios supera em muito os recursos apontados pela auditoria, demonstrando a inexistência de qualquer medida danosa ao erário público, mas somente a existência de verdadeiro erro material na utilização dos valores das contas específicas, sem qualquer dano ao erário e, principalmente a assistência dispensada aos usuários do hospital, razão pela qual tal inconformidade também deve ser afastada.

#### Análise da Justificativa:

O auditado apresentou como justificativa que os valores utilizados para custear as despesas de R\$39.289,83 não possuem origem nos recursos transferidos ao hospital em função da Resolução SES/MG n. 7160/2020, mas sim nos valores que compõem a Conta Corrente n. 3726-4 da Caixa Econômica Federal que são os valores decorrentes das Portarias GM/MS n. 1.516 e 2.642/2020.

A equipe de auditoria concorda com o exposto acima, pois o arquivo da documentação apresentada pela entidade na pasta "Prestação de Contas 3186 e 1516" demonstra que foram utilizados recursos da conta corrente nº 3726-4 para pagamento das notas fiscais apresentadas, incluindo as duas notas fiscais nºs 71639 e 315251, de valor total de R\$39.289,83. Ocorreu a afirmação pela auditoria que se tratava de despesas referente à Resolução SES/MG nº 7160/2020, porque as notas fiscais estavam carimbadas pela entidade identificando-as como "Deliberação CIB-SUS/MG nº 3186 de 17 de julho de 2020" (pasta Ordem 04 e 05 do arquivo apresentado).

A entidade declara em sua justificativa que o valor de R\$ 456.000,00 referente à Resolução SES/MG nº 7160/2020 foi creditado na Conta Corrente n. 27.728-2 do Banco do Brasil em 12/08/2020 e que o hospital somente teve conhecimento desse valor em abril de 2021, quando foi transferido o valor de R\$423.000,00 para a Conta Corrente n. 900.089-4 da Caixa Econômica Federal.

Assim, a equipe de auditoria revisou a documentação entregue à época da auditoria e ficou confirmado que realmente o recurso se manteve na conta Corrente n. 27.728-2 do Banco do Brasil de 12/08/2020 à 13/04/2021, quando foi transferido o valor de R\$423.339,52 para a Conta Corrente n. 900.089-4 da Caixa Econômica Federal. A diferença de R\$ 32.660,48 entre valor recebido e transferido foi utilizada para pagamento de depósito judicial em 08/02/2021.

Desta forma, fica claro que o recurso citado como uso indevido pela auditoria não diz respeito a Resolução SES/MG nº 7160/2020. Com base na análise da justificativa da Constatação nº 625257, em que a equipe de auditoria considera correto o apontamento feito pela entidade na utilização do recurso para manutenção de leitos de UTI. Por fim, considerando o contexto singular imposto pela Pandemia COVID-19, a efetiva assistência prestada pela entidade e utilização de recursos próprios no valor superior ao apontado para devolução pela auditoria na conta corrente nº 3726-4 e avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

#### Acatamento da Justificativa: Sim

Auditoria nº 636



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 625420

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** O Hospital São João de Deus realizou movimentações indevidas dos recursos financeiros recebidos para o enfrentamento a COVID-19.

**Evidência:** Constatou-se que no período de março/2020 a março/2021 o hospital recebeu o valor total de R\$10.558.671,05 (dez milhões quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e um reais e cinco centavos) de origem federal e estadual para enfrentamento a COVID-19, conforme demonstrado na TABELA 01: RECURSOS RECEBIDOS PELO HSJD PARA ENFRENTAMENTO COVID-19, anexa a este relatório. O Hospital São João de Deus realizou movimentações indevidas dos recursos financeiros recebidos para enfrentamento à COVID-19 com transferências e movimentação dos recursos em contas diversas às creditadas. Assim, os recursos referentes da Portaria GM/MS nºs 1.393/2020 e 1.448/2020 foram creditados na conta corrente 900.089-4 Caixa Econômica Federal Agência 0113, transferidos e movimentados pela instituição na conta corrente nº1202-4 Caixa Econômica Federal Agência 0113. Os recursos referentes à Portaria GM/MS nº1516/2020 e Portaria GM/MS nº 2642/2020 foram creditados na conta 900.089-4 Caixa Econômica Federal Agência 0113, transferidos e movimentados pela instituição na conta corrente 3726-4 Caixa Econômica Federal 0113. A conta corrente 3726-4 foi utilizada para pagamentos de despesas referentes às Portarias GM/MS nº1.516/2020 e nº 2.642/2020 e também referente à Resolução SES/MG nº7160/2020 (identificada pelo hospital como Deliberação CIB-SUS nº3186/2020). Tal fato está em desacordo com a Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020, art. 5º, Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020, art. 1º e art. 2º, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 12, Resolução SES/MG nº 7160/2020, art. 1º, 2º e 7º e Anexo IV, Resolução SES/MG nº 7295/2020 art. 1º §1º e 2º alterada pela Resolução SES/MG nº 7348/2020 art. 1º.

**Fonte da Evidência:** Extratos bancários da conta corrente 900.089-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal dos meses de maio, junho, julho e outubro/2020 e fevereiro/2021, conta corrente nº1202-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021, conta corrente 3726-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021; Notas fiscais apresentadas pelo hospital do período de março/2020 a março/2021 referentes à Prestação de Contas das Portarias nºs 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020 e Resolução SES/MG nº7160/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: Nessa inconformidade o relatório preliminar aponta a movimentação indevida dos recursos recebidos para custear ações e serviços relacionados à Covid19, que inicialmente foram creditados nas contas:

- Conta Corrente 1202-4 recebeu recursos da Portaria n. 1393/2020 (R\$1.118.041,44) e da Portaria n. 1448 (R\$4.048.629,61);
- Conta Corrente 3726-4 recebeu recursos da Portaria n. 1516/2020 (R\$1.440.000,00) e da Portaria n. 2642/20 (R\$480.000,00) contas receberam recursos para a manutenção dos 10 leitos de UTI covid;
- Conta Corrente 27728-2 recebeu recursos da Resolução SES/MG 7160/2020 DELIBERAÇÃO CIB/SUS 3186/2020 (456.000,00);

Conforme já esclarecido anteriormente em função de ações do gerente financeiro, que atuou em desconformidade ao estabelecido pela Instituição e, também ao regramento específico inerente a utilização dos recursos recebidos, quem importante destacar somente aqueles vinculados a prestação de contas, somente os das portarias 1393/2020 e 1448/2020, bem como da Resolução SES/MG n. 7.160/2020 possuíam destinação específica, visto que os demais foram transferidos ao hospital em pagamento pela disponibilidade dos leitos de UTI covid-19.

Entretanto, a Instituição adotando uma postura conservadora deliberou pela utilização destes valores somente em serviços vinculados a assistência aos usuários que estivessem com suspeita e confirmados de estar com covid-19. Porém, a

Auditoria nº 636



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



movimentação dos valores entre as contas da Instituição especialmente a movimento ocorreu, mas tudo devidamente demonstrado e comprovado, em especial quanto a inexistência de qualquer prejuízo financeiro ao Poder Público.

Em relação aos valores da Resolução SES/MG 7.160/2020 destaca-se que a transferência para outra conta bancária foi uma necessidade, visto que a conta do Hospital junto ao Banco do Brasil Conta n. 27728-2 estava com problemas que inclusive culminaram no conhecimento tardio da existência de tais valores, visto que foram creditados em agosto de 2020 e somente conhecidos em abril de 2021, quando foi transferido para Conta Corrente n. 900.089-4 na Caixa Econômica Federal.

Portanto, não obstante a movimentação de valores entre as contas bancárias da Fundação nenhum prejuízo trouxe ao Erário, tampouco a aquisição de materiais, medicamentos e insumos a serem utilizados no combate a pandemia de covid19, no período de março de 2020 a março de 2021, razão pela qual tal inconformidade também deverá ser afastada.

**Análise da Justificativa:** Em sua justificativa, o auditado reconhece a não-conformidade apontada. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Utilizar os recursos financeiros em conta única e específicas, conforme preconizado pela Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020, art. 5º, Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020, art. 1º e art. 2º, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 12, Resolução SES/MG nº 7160/2020, art. 1º, 2º e 7º e Anexo IV, Resolução SES/MG nº 7295/2020 art. 1º §1º e 2º alterada pela Resolução SES/MG nº 7348/2020 art. 1º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDACAO GERALDO CORREA HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS	20.146.064/0001-02

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626065

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Recursos Materiais/equipamentos

**Constatação:** O Hospital utilizou os equipamentos e materiais/insumos/medicamentos recebidos e/ou adquiridos na assistência para o enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:** Por meio da avaliação de 143 prontuários dos pacientes internados com COVID-19 no período de março/2020 a fevereiro/2021 e conforme registros em documentos enviados pelo hospital: Relação patrimonial de bens recebidos/adquiridos para enfrentamento à COVID-19, constando data de entrada, origem e localização na instituição; Registros fotográficos de equipamentos recebidos/adquiridos para enfrentamento à COVID-19; Relatório de saídas por setor, oriundo do sistema de controle de estoque do almoxarifado, que demonstra a distribuição de materiais de consumo para os setores hospitalares, no período de março/2020 a março/2021; Termos de doação de materiais oriundos de diversas instituições e recibos emitidos pelo hospital; Relatórios de dispensação de materiais/medicamentos por pacientes, onde consta detalhamento dos itens dispensados, por data, verificou-se que a instituição utilizou os equipamentos e materiais/insumos/medicamentos recebidos e/ou adquiridos na assistência para o enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a março/2021. Não houve equipamentos cedidos pela SES/MG para enfrentamento à COVID, conforme relação patrimonial de bens recebidos/ adquiridos disponibilizada pela instituição em 02/03/2021. Em entrevista, o RT de enfermagem, J.F.A.A., informou que durante o período pandêmico, o hospital trabalhou focado na logística de abastecimento de materiais, medicamentos e equipamentos para não gerar desassistência ao paciente. Segundo o Diretor Técnico, E.A.T., no período de março/2020 a março/2021, o hospital esforçou-se para manter equipamentos, medicamentos e materiais em estoque e condições de funcionamento adequado.

Auditoria nº 636





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tal fato está de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020, art. 5º, Resolução RDC Nº 63/2011, Capítulo II, Seção III, Art. 17 e Portaria GM/MS nº 3.300 de 04/12/2020, art. 1º e art. 2º, inciso I, alíneas c, d.

**Fonte da Evidência:** 143 prontuários (amostragem) referentes às internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS - COVID-19.  
Relação patrimonial de bens recebidos/adquiridos para enfrentamento à COVID-19, disponibilizada pela instituição em 02/03/2021.  
Registros fotográficos de equipamentos recebidos/adquiridos para enfrentamento à COVID-19, disponibilizados pela instituição em 03/03/2021.  
Relatório de saídas de materiais/medicamentos, por setor, disponibilizada pela instituição em 02/03/2021  
Termos de doação de materiais oriundos de diversas instituições e recibos emitidos pelo hospital, disponibilizada pela instituição em 02/03/2021  
Relatórios de dispensação de materiais/medicamentos por pacientes disponibilizados pela instituição em 02/03/2021.  
Termo de informação de E.A.T., de 06/05/2021.  
Termo de Informação de J.F.A.A., de 06/05/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626066

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** As internações hospitalares verificadas nos prontuários analisados ocorreram conforme processo regulatório estipulado.

**Evidência:** Foram analisados 143 prontuários, conforme amostragem e em 100% dos prontuários analisados consta laudo do SUSFácil com autorização da internação e espelho da AIH, o que demonstra que o acesso à atenção hospitalar no HSJD é realizado de forma regulada. Verificada compatibilidade entre o número de internações reguladas pelo SUSFácil, conforme Relatório do SUS-Fácil de Internação COVID-19, no período de março/2020 a fevereiro/2021 e o número de internações aprovadas no SIHD no mesmo período.

Foi apresentado Relatório de Acompanhamento do 1º quadrimestre/2020, referente aos indicadores e metas hospitalares, fornecido pelo Setor de Regulação da SEMUSA, o qual registra cumprimento das metas de internações reguladas via SUS-Fácil, pelo HSJD. A avaliação dos demais quadrimestres de 2020 não foi realizada, em função da Portaria MS/GM nº 1.124, de 07/05/2020, que dispõe, em seu art. 1º, que fica suspensa por 120 dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, no âmbito do SUS, garantindo-lhes os repasses dos valores financeiros contratualizados, na sua integralidade.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXIV, Capítulo II, art. 6º, inciso V e capítulo III, Seção I, art.11; Resolução SES/MG Nº 7.160, de 17 de julho de 2020, art.7º e Anexo IV, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG Nº 7.265, de 21 de outubro de 2020, art. 7º, Anexo IV, indicador 1, item 1.7 (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020); Resolução SES/MG Nº 7.384, de 29 de janeiro de 2021, art. 7º, Anexo V, indicador 1, itens 1.3 e 1.7 e Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 5ª, item 5.2, alínea a.

**Fonte da Evidência:** 143 prontuários (amostragem) referente às internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS - COVID-19.  
Relatório SUS-Fácil de internações COVID do período de março/2020 a março/2021.  
Relatório Técnico de Avaliação da Contratualização do HSJD de janeiro a abril/2020, datado de 30/12/2020.

Auditoria nº 636





Portaria MS/GM nº 1.124, de 07/05/2020.

Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 625258

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Prestação de Contas

**Constatação:** O Hospital não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou nos instrumentos jurídicos firmados.

**Evidência:** Constatou-se que o Hospital São João de Deus mantém arquivo organizado dos documentos que comprovam a utilização dos recursos públicos repassados para COVID-19 pelo FNS e FES referente às prestações de contas. Não foram apresentadas as prestações de contas parciais relativas ao exercício de 2020, ainda que os recursos destinados ao Hospital São João de Deus para o enfrentamento da COVID-19 estejam dentro do prazo de vigência, conforme demonstrado nos ANEXOS 01 e 02. Quanto aos recursos estaduais repassados ao hospital, somente os relativos à Resolução SES/MG nº 7160 poderiam ser inseridos no GEICON no período de 08/01/2021 a 09/03/2021, o que não foi realizado. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 4606/2014, art.3º § 2º, art. 4º, art.5º §1º incisos I, II e III, § 2º, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art.23 art. 24, incisos I a V, Resolução SES/MG nº 7160/2020 art. 9º, Parágrafo Único, Portaria GM/MS nº1393/2020 art. 5º Parágrafo Único, Termo de Metas 1413-7160 Cláusula Segunda - Das



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Obrigações item I - À Entidade Beneficiada alínea an, Termo de Metas 1413-7295 - Cláusula Segunda - Das Obrigações item I - À Entidade Beneficiada.

#### Fonte da Evidência:

Extratos bancários da conta corrente nº1202-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021, conta corrente 3726-4 - Agência 0113 - Caixa Econômica Federal do período de março/2020 a março/2021; Notas fiscais apresentadas pelo hospital do período de março/2020 a março/2021; relatório de pagamentos dos fornecedores emitido pelo hospital de março a dezembro/2020, relatório de pagamentos dos fornecedores emitido pelo hospital de julho/2020 a fevereiro/2021 e e-mail e relatório operacional - status de assinatura de prestação de contas enviados pela Analista de Prestação de Contas Facilitadora do Geicom/Sigres da SRS/Divinópolis de 14/07/2021.

#### Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: Nessa inconformidade o relatório preliminar aponta que não foi realizada a prestação de contas pelo Hospital conforme previsto nas legislações e nos instrumentos jurídicos firmados. Não obstante, seja mantido em arquivos separados na instituição os documentos que comprovam a utilização dos recursos repassados pelo FNS e pelo FES.

Acerca das prestações junto ao sistema GEICON importante destacar que estas somente são realizadas mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis, visto que a Fundação Geraldo Corrêa não possui acesso a esse sistema. Com isso, a SEMUSA solicita via e-mail a prestação de contas e o hospital envia para que sejam inseridos no sistema.

De toda forma, todos os documentos necessários a prestação de contas são mantidos arquivados no Hospital pelo prazo legal, caso haja solicitação tardia de qualquer informação acerca da execução dos referidos recursos. Porém, para melhor transparência tais prestações de contas será organizada e caso não tenha solicitação do ente municipal a Fundação irá disponibilizá-las no seu portal da transparência para assegurar ampla publicidade ao uso dos recursos públicos.

#### Análise da Justificativa:

O auditado reconhece a ausência de prestação de contas apontada na não-conformidade e alega não ter sido provocado pela SMS de Divinópolis para apresentar tais prestações. Contudo, não apresentou documentação comprobatória no sentido de corrigir ou afastar a não conformidade. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

#### Acatamento da Justificativa: Não

**Recomendação:** Realizar a prestação de contas conforme preconizado pela Resolução SES/MG nº 4606/2014, art.3º § 2º, art. 4º, art.5º §1º incisos I, II e III, § 2º, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art.23 art. 24, incisos I a V, Resolução SES/MG nº 7160/2020 art. 9º, Parágrafo Único, Portaria GM/MS nº1393/2020 art. 5º Parágrafo Único, Termo de Metas 1413-7160 Cláusula Segunda - Das Obrigações item I - À Entidade Beneficiada alínea an, Termo de Metas 1413-7295 - Cláusula Segunda Das Obrigações item I - À Entidade Beneficiada.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDACAO GERALDO CORREA HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS	20.146.064/0001-02

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626068

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** O Hospital não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação



assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

**Evidência:** Verificada a existência de relatórios institucionais quanto ao quantitativo de leitos e taxa de ocupação para os leitos COVID-19 (clínicos e UTI), do período de março/2020 a abril/2021. Tais relatórios são encaminhados à SMS, conforme correspondências apresentadas pela instituição (Ofícios e e-mails). Foram apresentados pela instituição cópia de documentos (ofícios e ficha cadastral módulo Leitos/CNES) encaminhados à SMS para atualização do SCNES, conforme grade hospitalar do Plano de Contingência para enfrentamento do coronavírus, da macrorregião Oeste, aprovado pela Resolução SES-MG nº 3168/2020 e atualizações.

Foi confrontado, durante a auditoria in loco nos períodos de 05 a 07/05/2021 e 24 a 26/11/2021, o censo diário dos leitos de UTI COVID e o mapa de leitos no sistema SUS-Fácil, o que demonstrou compatibilidade entre o número de leitos ofertados e a sua ocupação. Em relação à atualização do quantitativo de leitos disponíveis no sistema SUS-Fácil, o sr. G.D.C.J., gerente de relacionamento com o cliente e DRG (Diagnóstico por Grupo Relacionado) e supervisor da equipe de Regulação do hospital, informou que atualiza o mapa de leitos durante todo o dia, em intervalos regulares (20-30 minutos) ou sob demanda, em que o operador utiliza o censo diário dos setores, o relatório de altas, de modo que a atualização ocorre de forma síncrona à rotina do hospital de entrada e saída de pacientes. Foi apresentado o POP de Atualização de mapas de leitos no SUS-Fácil (clínico e complementar), com descrição detalhada de todo o processo.

Foi verificado o Relatório SUS-Fácil de negativas de UTI-COVID por indisponibilidade de leitos, do período de março/20 a abril/21 e realizado o confronto com o censo diário desse mesmo período, o que mostrou divergência entre ocupação e indisponibilidade de leitos em diversas datas. Tais situações foram justificadas pelo sr. G.D.C.J., em função da dinâmica de atualização do mapa de leitos no sistema SUS-Fácil, que ocorre diuturnamente e ainda pela possibilidade de solicitação de negativa, pela Central de Regulação, para que o SUS-Fácil possa tentar/solicitar a vaga em outros prestadores e essa opção (Não há leito disponível) é a que melhor se adequa à situação, devido à funcionalidade do sistema SUS-Fácil, que não oferece uma opção mais específica para a negativa, em tela. Por ocasião da diligência ao hospital, no período de 23 a 26/11/2021, foi realizado confronto entre o Relatório SUS-Fácil de internações realizadas pelo HSJD, no período de janeiro a abril/2021, para o procedimento 0303010223 (Tratamento de infecção pelo coronavírus COVID 19) e o censo hospitalar da UTI-COVID dos meses de março e abril/2021, bem como solicitado ao operador do SUS-Fácil do HSJD, o histórico de movimentação de pacientes COVID durante internação hospitalar, no sistema SUS-Fácil, para verificação do registro de alocação de leito complementar. Foi verificado que, dos 143 pacientes SUS internados na UTI-COVID adulto nos meses de março e abril/2021, para 25 (17,5%) não havia registro de alocação em leito complementar no sistema SUS-Fácil, evidenciando divergência entre o número de leitos UTI COVID adulto ocupados e o mapa de leitos do SUS-Fácil.

Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7.160/2020, art. 6º, Parágrafo Único; Resolução SES/MG nº 7.265 de 21/10/2020, Art.6º. (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020); Resolução SES/MG nº 7.384 de 29/01/2021, Art. 6º; Resolução SES/MG nº 7.482/2020, art. 6º; Resolução SES/MG nº 7502/2021, art. 5º e Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 5ª, item 5.2, alínea p.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de informação de G.D.C.J., de 06/05/2021.
- Relatórios do SCNES referentes ao período auditado.
- Relatório de Solicitações de Internações Negadas extraído do SUS-Fácil, nos meses de março/2021 e abril/2021. - Cópia do POP de Atualização de mapas de leitos SUS Fácil (clínico e complementar) do Hospital São João de Deus, disponibilizado em 06/05/2021.
- Quadro de leitos (clínicos e complementares) do SUS-Fácil, disponibilizado pela instituição em 05 e 06/05/2021 e 24 e 25/11/2021.
- Censo diário de leitos UTI-COVID Adulto, do período de 05 a 06/05/2021 e 24 e 25/11/2021.
- Censo diário de leitos de UTI-COVID, do período de março/2020 a abril/2021.
- Relatório HSJD de registro de alocação de pacientes COVID em leito complementar no SUS-Fácil, de 24-11-2021.
- Relação nominal de pacientes da UTI-COVID Adulto dos dias 24 e 25/11/2021.
- Gráficos de acompanhamento da taxa de ocupação hospitalar geral (01 a 04/2021) e taxa de ocupação dos leitos de UTI/SUS (01/04/2020 a 01/05/2021), disponibilizados pela instituição em 06/05/2021.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Ofício 172/2020 DIR/CSSJD, de 24/04/2020
- Ofício 201/2021 DIR/CSSJD, de 16/03/2021.
- Ofício 237/2021 DIR/CSSJD, de 02/02/2021.
- Documentos encaminhados (ofícios e e-mails) pelo HSJD à SMS para atualização do SCNES.
- Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, não se manifestou acerca dessa não conformidade.

**Análise da Justificativa:** O auditado não se manifestou acerca dessa não conformidade, mantendo assim a penalidade de Advertência Escrita.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se à Fundação Geraldo Correa-Hospital São João de Deus:

- Atualizar com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos para enfrentamento a pandemia de COVID-19, em observância as normativas Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, ANEXO 2 DO ANEXO XXIV, CAPÍTULO III, Seção II - art. 7º - V, Seção II - art. 8º XV e XVI, Seção IV - art. 11 I e art. 12 I.; Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título VII, Capítulo III, art. 364.
- Observar o contrato celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 5ª, item 5.2, alínea p.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDACAO GERALDO CORREA HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS	20.146.064/0001-02

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626069

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** Houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID por paciente de convênio/particular conforme amostra verificada.

**Evidência:** Por meio da análise do SCNES, verificou-se que o Hospital São João de Deus é de natureza privada, sem fins lucrativos, possui atendimento de internação privada/plano de saúde e SUS, incluindo leitos de UTI Adulto SRAG COVID-19. Os dados do SCNES referentes às habilitações e histórico dos leitos de UTI/Adulto/COVID-19 e do Plano de Contingência da Macrorregião Oeste, conforme Resolução SES-MG nº3168/2020 e atualizações, mostram que o HSJD apresentou evolução da grade hospitalar de leitos UTI adulto para enfrentamento à COVID-19, no período de março/2020 a novembro/2021, detalhada no Anexo 05. A ocupação dos leitos de UTI/COVID-19 adulto foi avaliada conforme amostragem, sendo considerados os 2 meses com maior número de negativas de internação em leito complementar, conforme Relatório de Solicitações de Internações Negadas extraído do SUS-Fácil, sendo estes março e abril/2021, adicionados aos dias durante à fase operativa in loco: 24 e 25/11/2021, totalizando 146 prontuários analisados. Tal análise consistiu do confronto dos registros em prontuários dos pacientes internados em leito complementar COVID-19 Adulto, registros do Censo diário de internações em UTI/COVID19 adulto, das informações do Relatório



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



SUS-Fácil de Internações Realizadas no período de janeiro a abril/2021 e do Relatório SIHD de AIHs aprovadas no período de janeiro a junho/2021.

Foi evidenciada a ocupação de leito de UTI/SUS COVID adulto por 1 paciente proveniente de convênio, no dia 02/04/2021, totalizando 1 diária de UTI no período avaliado (Anexo 06). Foi verificado que a internação deste paciente não foi regulada pelo sistema SUS-Fácil e em toda a documentação que compõe o prontuário do mesmo não foram encontrados registros de internação pelo SUS. Verificou-se que não consta AIH aprovada para este paciente, no sistema SIHD, no período de janeiro a junho/2021.

Por meio da análise do Relatório de Solicitações de Internações Negadas por indisponibilidade de leitos, extraído do SUS-Fácil, verificou-se o total de 03 negativas de internações para leito UTI/SUS COVID adulto no dia 02/04/2021. De acordo com o Censo, nesse dia, havia 100% de ocupação dos leitos UTI/SUS COVID adulto destinados a pacientes convênio/particulares e que dos 20 leitos UTI/SUS COVID adulto disponibilizados, havia 17 leitos ocupados por pacientes SUS e 01 leito ocupado por paciente de convênio.

A ocupação de leito de UTI SUS COVID ADULTO por paciente do sistema privado está em desacordo com a Lei nº 8.080/1990, artigo 22, Portaria MS/GM nº 3.570 de 18/12/2020, art. 1º parágrafo único; Portaria MS/GM nº 373 de 02/03/2021, art. 5º, parágrafo único e Anexo II; Portaria MS/GM nº 557 de 26/03/2021, art. 1º e Anexo; com a Resolução SES/MG Nº 7.160, de 17 de julho de 2020, art. 1º e art. 2º; Resolução SES/MG Nº 7.265, de 21 de outubro de 2020, art. 1º, §1º, §3º e art.2º §1º (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020), Resolução SES/MG Nº 7295, de 13 de novembro de 2020, arts. 1º e 2º, Resolução SES/MG Nº 7384, de 29 de janeiro de 2021, arts. 1º e 2º, Resolução SES/MG Nº 7482, de 20 de abril de 2021, arts. 1º e 2º e Resolução SES/MG Nº 7502, de 07 de maio de 2021, arts. 1º e 2º, I Termo Aditivo ao Termo de Metas 1413/7480/2020; sendo indevido seu financiamento pelo SUS.

- Fonte da Evidência:**
- Relatório/planilha de negativas de internação do Hospital São João de Deus, do período de março/2020 a março/2021, enviado pela Central de Regulação da Macrorregião Centro em 05/04/2021.
  - Relatório de Solicitações de Internações Negadas extraído do SUS-Fácil, nos meses de março/2021 e abril/2021.
  - Censos diário de internações em UTI COVID Adulto, do período de março/2020 a abril/2021 e dos dias 24 e 25/11/2021.
  - Quadro de leitos (clínicos e complementares) do SUS-Fácil, disponibilizado pela instituição em 05 e 06/05/2021 e 24 e 25/11/2021.
  - 146 Prontuários (amostragem) referentes às internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - Tratamento de Infecção pelo coronavírus - COVID-19 de pacientes que utilizaram a UTI/COVID Adulto, nos meses de março e abril/2021 e nos dias 24 e 25/11/2021.
  - Planilha com dados dos prontuários de pacientes diagnosticados com COVID-19, internados em leito complementar COVID-19 adulto no período de março/2021 e abril/2021, analisados in loco no período de 24 a 25/11/2021.
  - Relatório SUS-Fácil de Internações Realizadas no período de janeiro a abril/2021.
  - Relatório SIHD de AIHs aprovadas no período de janeiro a junho/2021.
  - Relatório SCNES do Hospital São João de Deus, referente à competência abril/2021, extraído em 07/12/2021.
  - Grade Hospitalar do Plano de Contingência para o Hospital São João de Deus, para enfrentamento à COVID-19, aprovado pela Resolução SES-MG 3168/2020 e atualizações (Anexo 05).
  - Relatório Business Object (B.O.) dos recursos repassados pela SES/MG à Fundação Geraldo Corrêa (Hospital São João de Deus) no período de março/2021 a dezembro/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de ofício s/nº, datado de 09/06/2022, a Diretora-Presidente da Fundação Geraldo Corrêa, representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: O relatório preliminar apontou que houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID por paciente de convênio/particular, mais especificamente foi identificado 1 paciente proveniente de convênio internado em leito de UTI/SUS Covid, no dia 02/04/2021. Nesse período foi constatado que no dia dos 20 leitos de UTI-Covid, 17 leitos estavam ocupados por pacientes SUS e 1 por paciente de convênio, restando ainda disponíveis dois leitos. Trata-se, pois de medida excepcionalíssima a apontada pela equipe de auditoria a paciente identificada na ocasião da auditoria estava





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



internada no hospital desde o dia 26/03/2021 com quadro de mialgia, hiporexia e febre, trata-se de paciente de 82 anos de idade. Já no dia 26/03/2021 ela evoluiu com dispneia que intensificou rapidamente, chegando a saturar 76% em AA, conforme descrito em prontuário. Trazida ao PA pelo SAMU, sem desconforto respiratório, mas com dispneia aos grandes esforços, apresentando dessaturação (84%) em ar ambiente, sendo optado pela internação. Foi iniciado Ceftriaxona, Azitromicina e Dexametasona VO. A paciente evoluiu com necessidade de O2 por CN, com episódios de dessaturação. Foi realizada TC de tórax, segundo relato de prontuário, haveria comprometimento de 70-80% do parênquima pulmonar. Quando foi solicitada a vaga em UTI. Em função do

grande risco a paciente essa foi admitida na UTI em 01/04/2022 em bom estado geral, respirando com CNO2 4 L/min mantendo bom padrão respiratório e boa oximetria de pulso, hemodinamicamente estável sem amins tendendo à hipertensão, normoglicêmica, pouco sonolenta e pouco colaborativa. Afebril à admissão. Havia sido avaliada pela Fonoaudiologia no setor com contraindicação de VO, sendo prescrita SNE que ainda não havia sido passada. As informações acima demonstram a gravidade da paciente e o grande risco a vida desse caso não fosse transferida para o leito especializado, certamente teria perecido. Nesse sentido, a alocação do paciente já em atendimento no hospital em leito especializado, que embora fosse de dedicação exclusiva ao SUS, naquele momento estava com três leitos desocupados, o que evidencia que o curto período em que a referida paciente permaneceu internada, não trouxe qualquer prejuízo a assistência aos usuários do SUS, visto haviam ainda dois leitos desocupados dos 20 existentes. Ademais, negar assistência a um paciente necessitado, com a capacidade técnica disponível é clara caracterização do delito de omissão de socorro. Assim, o referido leito foi disponibilizado a uma cidadã brasileira, com 82 anos, na iminência de ter ceifada a sua vida, por complicações da doença, que somente não seguiu o fluxo adequado da regulação, em função da limitação da sua capacidade física naquela ocasião, visto que já se encontrava hospitalizada. Diante disso, tal inconformidade deve ser afastada, pois o que se buscou foi a assistência adequada à paciente.

### Análise da Justificativa:

Justificativa não acatada, pois a manifestação apresentada pelo auditado ratifica a ocupação de leito especializado (UTI/COVID) de dedicação exclusiva ao SUS, por paciente de convênio/particular. O auditado enfatiza, ainda, a existência de leitos SUS vagos, demonstrando a capacidade instalada para internação da mesma pelo SUS, desde que atendido o fluxo regulatório, conforme legislação vigente. Diante do exposto, propõe-se aplicar ao auditado a Penalidade de Advertência escrita e devolução ao Fundo Estadual de Saúde, Banco do Brasil, Ag. 1615-2 c/c 493033-9, do valor original de R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme proposição de devolução, devidamente atualizado utilizando o índice constante do Sistema de Débito do TCU

(Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>), e encaminhamento ao Ministério Público Estadual.

**Acatamento da Justificativa:** Não

### Recomendação:

Adotar fluxo regulatório para alocação de paciente em leito hospitalar do SUS, conforme o disposto na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo II, art. 6º, inciso V e capítulo III, Seção I, art. 11. **Destinatários da**

### Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDACAO GERALDO CORREA HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS	20.146.064/0001-02

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626070

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Normas/rotinas/protocolos/comissões internas





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** O Hospital utiliza protocolo de manejo clínico para a COVID-19.

**Evidência:** Foi apresentado o Protocolo de Manejo Clínico para COVID-19 adotado pela instituição, de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde. O Protocolo foi estabelecido em abril/2020, em consonância com o Plano de Contingência do HSJD para enfrentamento da pandemia de COVID-19. O hospital realizou capacitações das equipes para implantação dos protocolos de manejo clínico do paciente, conforme verificado nos registros encaminhados, com descrição do tema e lista de presença dos participantes. Em oitiva, o Diretor Técnico e a Gerente de Enfermagem também informaram a existência e adoção do Protocolo de Manejo clínico para a COVID-19 e a realização das ações de treinamento/capacitação de suas equipes. Verificado realização de notificações de pacientes suspeitos ou confirmados para COVID-19, atendidos na instituição, através do Sistema de Informações do Ministério da Saúde (e-SUS VE). Foram analisados 143 prontuários, conforme amostragem e em 100% dos prontuários analisados houve menção à adoção de protocolo de manejo clínico para COVID-19, sendo anexada a ficha de notificação (SRAG Hospitalizado), com resultado dos exames e encerramento dos casos.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção I, art.12, § 9º; RDC ANVISA/MS nº 63/2011, art. 51 e Normas complementares: Nota Técnica nº61/SES/COES MINAS COVID-19/2020 Diretrizes para Regulação e Admissão de Casos Suspeitos e Confirmados de Infecção pela Covid- 19, item 3; BRASIL. Ministério da Saúde - Protocolo de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus, 2020 e Covid- 19: Manual do Diagnóstico. SES/MG. Versão 1. 18/08/2020- Notificação dos casos, pág 11; Nota Técnica COES MINAS COVID-19 Nº 48/2020 16/06/2020 - na íntegra; Orientações sobre a classificação de óbitos por COVID-19 no SIVEP-GRIPE, Item 3 - Orientações para a codificação das causas de morte relacionadas com a COVID-19; sub-item 3.2 -Caso suspeito e Item 6 Considerações gerais acerca da investigação de óbitos por COVID-19; Orientações para codificação das causas de morte no contexto da COVID-19 - SVS/MS de 11/05/2020.

**Fonte da Evidência:** Protocolo de Manejo clínico do HSJD enviado em 23/04/2021.

Registros de capacitações/treinamentos das equipes, enviados em 23/04/2021.

Demonstrativo de notificações de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 no Sistema de Informação e-SUS VE (<https://notifica.saude.gov.br/leitos>), realizadas pelo Hospital São João de Deus, no período de março/2020 a março/2021.

Planilha do NUVEH/HSJD com consolidado de pacientes internados positivos para COVID-19 no período de março/2020 a março/2021, enviada em 03/03/2021.

143 Prontuários (amostragem) referentes às internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS - COVID-19.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626072

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Normas/rotinas/protocolos/comissões internas

**Constatação:** O Hospital possui protocolos de segurança e fluxo organizado para assistência à saúde e prevenção da ocorrência de eventos adversos, no contexto da COVID -19.

**Evidência:** Por meio de análise da documentação encaminhada pelo Hospital São João de Deus, foi constatado que o mesmo possui protocolos de segurança do paciente quanto a: Identificação Correta do Paciente, Prevenção de Lesão por Pressão, Tratamento de Lesão por Pressão, Cirurgia Segura, Medicação Segura e de Comunicação Efetiva. Foi evidenciado através de Atas das reuniões da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), a partir de março de 2020, discussão sobre a adoção dos fluxos a serem seguidos pela instituição; o que corrobora com o Plano de Contingência para enfrentamento à COVID-19, elaborado pelo hospital. O Plano de Contingência foi elaborado a partir do mês de março/2020, com atualizações periódicas. Contempla as ações quanto ao atendimento à pacientes com suspeita de COVID-19, Emergência Respiratória, Internações Hospitalares de casos suspeitos, Coleta de Material e fluxo diferenciado para pacientes com outras patologias. Apresenta ainda descrição de ações a serem desempenhadas por todos os colaboradores, conforme sua função dentro do nosocômio, para o enfrentamento



à COVID-19. Apresentados ainda os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) pertinentes ao serviço de enfermagem de rotina, POPs criados para assistência a pacientes portadores de COVID-19, com destino e fluxo de limpeza de materiais utilizados nesses setores. Constatada, por meio da verificação de listas de presença, a capacitação da equipe de enfermagem dos setores de atendimento à COVID-19 (enfermaria e UTI adulto e pediátrica), acerca de temas relacionados ao enfrentamento a pandemia. Foram apresentadas, pela instituição, notificações de pacientes atendidos na instituição, através do Sistema de Informações do Ministério da Saúde (e-SUS VE). Em oitiva, o sr. E.A.T., Diretor Técnico e sr. J.F.A.A., Gerente de Enfermagem, informaram a existência e adoção do protocolos de segurança e fluxo organizado para assistência à saúde e prevenção da ocorrência de eventos adversos, no contexto da COVID -19 e a realização das ações de treinamento/capacitação de suas equipes. Constam, nos prontuários analisados, registros que demonstram a adoção destes protocolos de segurança e fluxo organizado para assistência à saúde, no contexto da COVID -19.

Tal fato está de acordo com a RDC ANVISA/MS Nº 36/2013, Capítulo 2, Seção I, art.7º, incisos VI a XII; Plano Estadual de Contingência para Emergência em Saúde Pública/Infecção Humana pelo Sars-Cov-2 (Doença Pelo Coronavírus - COVID-19), Anexo 3 - Atendimento ambulatorial, pronto atendimento e assistência hospitalar, pág. 41/MG, fev/2020; Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 07/2020 - Orientações para Prevenção e Vigilância Epidemiológica das Infecções por SarsCoV-2 (Covid-19) dentro dos Serviços de Saúde - Publicada 08/05/2020 e revisada em 05/08/2020, itens 3 e 5; Protocolo

Estadual de Infecção Humana pelo SARS-COV-2 (Doença pelo Coronavírus COVID-19) e suas atualizações; Nota Técnica nº 04/2020 GVIMS/ GGTES/ANVISA - item 2 - Todos os serviços de saúde: na chegada, na triagem, na espera, no atendimento e durante toda a assistência prestada. p. 12-15 e Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 3ª, item 3.7.

**Fonte da Evidência:** Planos de Contingência para enfrentamento à COVID-19, elaborados pelo HSJD no período de março/ 2020 a fevereiro/2021, enviados em 05/03/2021.

Protocolos: Identificação Correta do Paciente, Prevenção de Lesão por Pressão, Tratamento de Lesão por Pressão, Cirurgia Segura, Medicação Segura e de Comunicação Efetiva, enviados pelo HSJD em 02/03/2021. POPs do serviço de enfermagem do HSJD: Limpeza e lavagem manual de artigos; limpeza de artigos na lavadora ultrassônica; lavagem e limpeza de mangueiras; montagem de carga e manuseio de autoclave; manuseio de peróxido de hidrogênio; desinfecção de frascos; retirada de carga e armazenagem de artigos esterilizados; orientações e manejo com corpo após óbito por COVID-19; higiene oral COVID-19; termo de responsabilidade e orientação para isolamento domiciliar enviado pelo HSJD em 03/03/2021.

Listas de presença e temas abordados nas capacitações realizadas no HSJD enviadas em 03/03/2021.

Termo de informação de E.A.T., de 06/05/2021.

Termo de Informação de J.F.A.A., de 06/05/2021.

Atas da CCIH enviadas em 03/03/2021.

Notificações de Coronavírus pelo HSJD no programa da Secretaria de Vigilância em Saúde do M.S. (e-SUS VE) enviadas em 03/03/2021.

143 Prontuários (amostragem) referentes às internações pelo procedimento 03.03.01.022-3-TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS-COVID-19.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 626073

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Recursos Materiais/equipamentos

**Constatação:** O Hospital São João de Deus forneceu Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos profissionais para atuação no enfrentamento à COVID-19.

**Evidência:** Foi constatado que o Hospital São João de Deus disponibilizou EPIs às unidades assistenciais como medidas de proteção



aos funcionários no enfrentamento da COVID 19. No Plano de contingência elaborado pelo hospital há orientações sobre usos de EPIs a todos os frequentadores do hospital, bem como descreve os Kits desses EPIs montados de acordo com os setores de atuação dos funcionários. Comprovada distribuição nominal aos colaboradores de máscaras N95 e PFF2, assim como dos kits de EPIs descritos no Plano de Contingência, por meio do registro em planilha específica, com descrição do EPI, data e quantidade distribuída, e assinatura do colaborador atestando o recebimento. O Hospital contou com doações de várias instituições públicas e da iniciativa privada para o abastecimento da instituição no que tange à biossegurança para os profissionais que atuam no enfrentamento da COVID-19, conforme Termos de doação e recibos analisados. Foram verificados relatórios de movimentação do estoque do almoxarifado hospitalar, que demonstra a distribuição de EPIs para os setores hospitalares, no período de março/2020 a março/2021. Em entrevista, o RT de enfermagem, J.F.A.A. informou que todo colaborador em sua admissão recebe seu EPI e sua troca é realizada conforme rotina interna.

Tal fato está de acordo com Nota Técnica nº 04/2020 GVIMS/ GGTES/ANVISA, Item 2, Quadro 1,p.19-27; RDC ANVISA/MS Nº 63/2011, art. 47 e art. 50; Lei Federal nº 14.019/2020, art. 3º B; Orientações para avaliação da Vigilância Sanitária para novos leitos Covid-19. SES/SVS/DVSS -2ª Versão/2020.

**Fonte da Evidência:** Plano de Contingência para enfrentamento à COVID-19 e atualizações, elaborado pelo hospital, enviados em





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



05/03/2021.

Relatórios de movimentação do estoque do almoxarifado do período de março/2020 a março/2021.

Termos de doação de EPIs, do período de março/2020 a março/2021.

Recibos de EPIs oriundos de doação, emitidos pelo hospital, no período de março/2020 a março/2021.

Registro da dispensação de EPIs aos colaboradores, do período de março/2020 a março/2021.

Termo de Informação de J.F.A.A. em 06/05/2021.

**Conformidade:** Conforme

#### VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

##### 1 - Prejuízo: Não

###### 1.1 - Fundo de Origem: Estadual

###### 1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Estadual

###### 1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

**Data Fato Gerador:** 13/07/2021 **Devolução Nº:** 393650 **Constatação Nº:** 626069

**Complemento do Bloco:** Ocupação de leito de UTI/SUS COVID por paciente de convênio/particular conforme amostra verificada.

**Documentos Comprobatórios:**

- Relatório/planilha de negativas de internação do Hospital São João de Deus, do período de março/2020 a março/2021, enviado pela Central de Regulação da Macrorregião Centro em 05/04/2021.
- Censos diário de internações em UTI COVID Adulto, do período de março/2020 a abril/2021 e dos dias 24 e 25/11/2021.
- Prontuários dos pacientes internados em leito complementar COVID-19 adulto, nos meses de março e abril/2021 e nos dias 24 e 25/11/2021, analisados in loco no período de 24 a 25/11/2021.
- Planilha com dados dos prontuários de pacientes diagnosticados com COVID-19, internados em leito complementar COVID-19 adulto no período de março/2021 e abril/2021, analisados in loco no período de 24 a 25/11/2021.
- Relatório SUS-Fácil de Internações Realizadas no período de janeiro a abril/2021.
- Relatório de Solicitações de Internações Negadas extraído do SUS-Fácil, nos meses de março/2021 e abril/2021.
- Relatório SIHD de AIHs aprovadas no período de janeiro a junho/2021.
- Relatório SCNES
- Relatório SCNES do Hospital São João de Deus, referente à competência abril/2021, extraído em 07/12/2021.
- Grade Hospitalar do Plano de Contingência para o Hospital São João de Deus, para enfrentamento à COVID-19, aprovado pela Resolução SES-MG 3168/2020 e atualizações (Anexo 05).
- Relatório Business Object (B.O.) dos recursos repassados pela SES/MG à Fundação Geraldo Correa (Hospital São João de Deus) no período de março/2021 a dezembro/2021.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	72021		800,00

#### Extrato Bancário

Houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID adulto por 1 paciente proveniente de convênio no dia 02/04/2021, totalizando 1 diária de UTI no período avaliado (Anexo 06), sem regulação pelo sistema SUS-Fácil e sem AIH aprovada pelo SIHD.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



e sem AIH aprovada pelo SIHD.

**Fundamento Legal:** Lei nº 8.080/1990, artigo 22, com a Portaria MS/GM nº 3.570 de 18/12/2020, art. 1º parágrafo único; Portaria MS/GM nº 373 de 02/03/2021, art.

5º, parágrafo único e Anexo II; Portaria MS/GM nº 557 de 26/03/2021, art. 1º e Anexo; com a

Resolução SES/MG Nº 7.160, de 17 de julho de 2020, art. 1º e art. 2º; Resolução SES/MG Nº 7.265, de 21 de outubro de 2020, art. 1º, §1º, §3º e art.2º §1º (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020); Resolução SES/MG Nº 7295, de 13 de novembro de 2020, arts. 1º e 2º; Resolução SES/MG Nº 7384, de 29 de janeiro de 2021, arts. 1º e 2º; Resolução SES/MG Nº 7482, de 20 de abril de 2021, arts. 1º e 2º; Resolução SES/MG Nº

7502, de 07 de maio de 2021, arts. 1º e 2º, I Termo Aditivo ao Termo de Metas 1413/7480/2020.

<b>Total da Data do Fato Gerador: 13/07/2021</b>	800,00
<b>Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco</b>	800,00
<b>Total do Fundo p/ Devolução: Estadual</b>	800,00
<b>Total Fundo de Origem: Estadual</b>	800,00
<b>Total Prejuízo: Não</b>	800,00
<b>Total Geral:</b>	800,00

## VII - CONCLUSÃO

Os objetivos desta auditoria foram alcançados, pois foi verificado como o Hospital São João de Deus se organizou para cumprir as obrigações financeiras e ações assistenciais prestadas no enfrentamento da COVID-19 no período de março/2020 a novembro/2021.

Sobre as obrigações financeiras, o Hospital utilizou os recursos financeiros federais e estaduais recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado pelos instrumentos jurídicos. Contudo, realizou movimentações indevidas dos recursos financeiros recebidos e não realiza prestação de contas conforme previsto.

Quanto à assistência prestada no enfrentamento da COVID-19, as internações hospitalares verificadas nos prontuários analisados ocorreram conforme processo regulatório estipulado, porém o Hospital não atualizou com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação. Houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID por paciente de convênio/particular conforme amostra verificada. O Hospital utilizou protocolo de manejo clínico e possui protocolos de segurança e fluxo organizado para assistência à saúde e prevenção da ocorrência de eventos adversos, no contexto da COVID

-19. A entidade utilizou os equipamentos e materiais/insumos/medicamentos recebidos e/ou adquiridos e forneceu Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos profissionais para atuação no enfrentamento à COVID-19.



Assim, conclui-se que o Hospital São João de Deus atuou com empenho no enfrentamento da COVID-19, como prestador de serviço ao SUS, buscando a resolutividade de suas ações.







**X - ANEXOS**

**ANEXO 01**





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Divinópolis ao Hospital São João de Deus - período de 01/03/2020 a 31/03/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO		HOSPITAL			Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)		Vigência (dd/mm/aa)
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	1393	xxx	5630 5631	29/05/2020	1.118.041,44	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1393 e 1448 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 1202-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o total de R\$ 5.160.944,87	27/06/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
	FNS	xxx	1448	xxx	369	09/06/2020	4.048.629,61	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1393 e 1448 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 1202-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 5.160.944,87	29/06/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	1516	xxx	7200	10/07/2020	1.440.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1516 e 2642 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 3726-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 2.376.000,00, incluindo o gasto indevido da Res. SES 7160/2020.	01/11/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
	FNS	xxx	2642	xxx	10380	20/10/2020	480.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1516 e 2642 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 3726-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 2.376.000,00, incluindo o gasto indevido da Res. SES 7160/2020.	01/11/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	3570	xxx	3166	01/03/2021	720.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	0,00	01/03/2022 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
	TOTAL REPASSADO:							7.806.671,05	TOTAL GASTO:	7.536.944,87	



**ANEXO 02**





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 02 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) de Minas Gerais ao Hospital São João de Deus no período de 01/03/2020 a 31/03/2021

NORMAS			PAGAMENTO		CONTA DE RECEBIMENTO NO HOSPITAL				PRESTAÇÃO DE CONTAS			OBSERVAÇÃO (campo livre)
Resolução SES/MIG (nº)	Portaria MS de origem (nº)	Vigência (dd/mm/aa)	Valor (R\$)	Data recebimento (dd/mm/aa)	Banco	Agência	Conta Corrente	GEICOM (S/N)	SIGRES (S/N)	SMS validou? (S/N)		
7160	395	31/01/2022	456.000,00	12/08/2020	BB	1431-9	27728-2	N	N	N		
7295	1666	19/07/2022	720.000,00	25/01/2021	BB	1431-9	28690-7	N	N	N		
7357	774	03/02/2023	120.000,00	22/02/2021	BB	1431-9	28946-9	N	N	N		
7384	1666	18/02/2022	712.000,00	08/03/2021	BB	1431-9	28690-7	N	N	N		
7396	1666	01/03/2022	744.000,00	01/03/2021	BB	1431-9	28690-7	N	N	N		
											Conforme consulta à Analista de Prestação de Contas Facilitadora do Geicom /Sigres da SRS/Divinópolis, foi liberado para Prestação de Contas no GEICOM somente os recursos relativos à Resolução nº7160/2020 no período de 08/01/2021 a 09/03/2021, que ainda não foi realizada pela SMS de Divinópolis.	
											Contudo, destaca-se que o prazo de vigência desta resolução é 31/01/2022.	

Fonte: Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 e Resoluções SES/MG referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021.

### ANEXO 03 - Planilha AIHs Prontuários COVID analisados mai-2021



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



ANEXO 03 – Relação dos Prontuários selecionados (amostra) referente a internações pelo procedimento 03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS – COVID 19 em Leitos Adulto COVID-19 (Clínicos e/ou UTI) no Hospital São João de Deus- Divinópolis/MG

Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH
1	3120127037456	26	3120127030449	51	3121123907803	76	3120127042440
2	3120127037632	27	3120127033001	52	3120126957827	77	3120126986878
3	3120127000782	28	3121123900720	53	3120126952492	78	3120127001002
4	3120127023300	29	3121123903711	54	3120126943307	79	3121123906780
5	3120126989441	30	3120127033606	55	3120126966385	80	3120127025290
6	3120127009186	31	3120127047323	56	3120126969355	81	3120126998571
7	312012698687	32	3121123903425	57	3120126967441	82	3120126989606
8	3120127010594	33	3121123904239	58	3120126970994	83	3120126999880
9	3120127030592	34	3120127037544	59	3120126984250	84	3120126996657
10	3120126995645	35	3120127049413	60	3120126984722	85	3120126988540
11	3120126953845	36	3120127052570	61	3121123917186	86	3120126988539
12	3120126941085	37	3121123900818	62	3121123919232	87	3120127044970
13	3120126988540	38	3120127046377	63	3121123914140	88	3121123908420
14	3120127006865	39	3120127017447	64	3121123918319	89	3120127030592
15	3120127010605	40	3120127017799	65	3121123916845	90	3120127030130
16	3120127003466	41	3120127051680	66	3120126990046	91	3120127036642
17	3121123914238	42	3120127036708	67	3120127045695	92	3120127038270
18	3120126995326	43	3120127054143	68	3120127042461	93	3120127034112
19	3120127052361	44	3120127051657	69	3120127049402	94	3121123908551
20	3120127053230	45	3120127052493	70	3120127052878	95	3121123908530
21	312012704250	46	3121123906329	71	3120126990992	96	3120127051129
22	3120127051844	47	3121123907396	72	3120126974503	97	3121123905647
23	3121123900928	48	3121123907385	73	3120126983237	98	3121123900830
24	3121123900807	49	3121123909520	74	3120126986768	99	3121123907440
25	3120127028249	50	3121123902985	75	3120127050799	100	3121123907220

Fonte: SIHD – TABNET referente ao período de março/2020 a fevereiro/2021.

### ANEXO 03 - Planilha AIHs Prontuários COVID analisados mai-2021



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



ANEXO 03 – Relação dos Prontuários selecionados (amostra) referente a internações pelo procedimento 03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS – COVID 19 em Leitos Adulto COVID-19 (Clínicos e/ou UTI) no Hospital São João de Deus- Divinópolis/MG

Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH
101	3121123902699	126	3120126997471
102	3121123909035	127	3120126966253
103	3121123909805	128	3120127014389
104	3120127045607	129	3120126998307
105	3121123902567	130	3120127016325
106	3121123908936	131	3120126991510
107	3121123901577	132	3120127005260
108	3120127014060	133	3120126992730
109	3121123900686	134	3121123901841
110	3121123900422	135	3121123914975
111	3121123902479	136	3121123914238
112	3120126998747	137	3120126987703
113	3120127014037	138	3120127020681
114	3120127003488	139	3120127006876
115	3120127012442	140	3120127024619
116	3120127009439	141	3120127016831
117	3120127009428	142	3120127006106
118	3120127002685	143	3120127012960
119	3120127010594	144	-----
120	3120126998043	145	-----
121	3120126996547	146	-----
122	3120126992763	147	-----
123	3120126989683	148	-----
124	3120126969278	149	-----
125	3120126992312	150	-----

Fonte: SIHD – TABNET referente ao período de março/2020 a fevereiro/2021.

## ANEXO 04 - Planilha AIHs Prontuários UTI COVID analisados Diligência





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



ANEXO 04 (DILIGÊNCIA) - Relação dos Prontuários selecionados referentes a internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS - COVID 19 em Leitos de UTI/ COVID-19 Adulto no Hospital São João de Deus- Divinópolis/MG

Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH
1	3121123934038	26	3121123927328	51	3121123937305	76	3121123951429
2	3121123922939	27	3121123931816	52	3121123932718	77	3121123946501
3	3121123922345	28	3121123933180	53	3121123948866	78	3121123945577
4	3121123935260	29	3121123929022	54	3121123932036	79	3121123944488
5	3121123917076	30	3121123941199	55	3121123935700	80	3121123946545
6	3121123931475	31	3121123929055	56	3121123929660	81	3121123942508
7	3121123931486	32	3121123930243	57	3121123929814	82	3121123950120
8	3121123930573	33	3121123928230	58	3121123932751	83	3121123940726
9	3121123933114	34	3121123934698	59	3121123934775	84	3121123942475
10	3121123929385	35	3121123928241	60	3121123935810	85	3121123948195
11	3121123928912	36	3121123930463	61	3121123923918	86	3121123954730
12	3121123938625	37	3121123923588	62	3121123928802	87	3121123945698
13	3121123927493	38	3121123929760	63	3121123933345	88	3121123948239
14	3121123927471	39	312112391959	64	3121123937536	89	3121123939494
15	3121123927306	40	3121123935204	65	3121123931024	90	3121123948240
16	3121123931739	41	3121123928274	66	3121123922610	91	3121123949955
17	3121123924732	42	3121123934291	67	3121123924171	92	3121123945731
18	3121123928153	43	3121123933268	68	312112396370	93	3121123941507
19	3121123935743	44	3121123921861	69	3121123948954	94	3121123945742
20	3121123933664	45	3121123901709	70	3121123946446	95	3121123940836
21	3121123924754	46	3121123925766	71	3121123948020	96	3121123942178
22	3121123928175	47	3121123935930	72	3121123955917	97	3121123963188
23	3121123927317	48	3121123920740	73	3121123939780	98	3121123946810
24	3121123924776	49	3121123928318	74	3121123939758	99	3121123942673
25	3121123931805	50	3121123928329	75	3121123949009	100	3121123943410

ANEXO 04 - Planilha AIHs Prontuários UTI COVID analisados Diligência



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH	Quant.	Número da AIH
101	3121110171322	126	3121123947106				
102	3121123943443	127	3121123947623				
103	3121123943465	128	3121123947953				
104	3121123948470	129	3121123932267				
105	3121123943476	130	3121123925601				
106	3121123948536	131	3121123917439				
107	3121123951242	132	3121123924930				
108	3121123943080	133	3121123920398				
109	3121123948558	134	3121123939296				
110	3121123943510	135	3121123944752				
111	3121123942706	136	3121123945775				
112	3121123943520	137	3121123945181				
113	3121123943135	138	3121123994850				
114	3121123947029	139	3121123947535				
115	3121123946358	140	3121123944741				
116	3121123948657	141	3121123947140				
117	3121123942310	142	3121123948316				
118	3121123948668	143	3121123943509				
119	3121123951286	144	3121124054521				
120	3121123943597	145	3121124050209				
121	3121123943916	146	3121124048856				
122	3121123946810	XXX	XXXXXXXXXX				
123	3121123946017						
124	3121123940638						
125	3121123943619						

Fonte: Prontuários referentes a internações pelo procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS - COVID 19 em UTI COVID-19 Adulto nos meses de março e abril/2021 e 24 e 25/11/2021.

### Anexo 05 - Planilha Leitos COVID Plano de Contingência HSJD



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 05 – Leitos UTI-SUS Adulto para enfrentamento da COVID-19 nos Planos de Contingência para o Hospital São João de Deus

LEITOS COVID-19	Nº da Deliberação CIB-SUS/MG e data de emissão/ Quantidade de leitos informados na Deliberação										
	3.168 04/06/20	3.173 26/06/20	3.205 14/08/20	3.229 06/10/20	3.256 29/10/20	3.292 23/12/20	3.307 08/01/21	3.317 05/02/21	3.487 03/08/21	3.548 24/09/21	3.582 27/10/21
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	64	89	64	64	64	64	64	36	30	20	16
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19</b>	<b>64</b>	<b>89</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>16</b>
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19 existentes											
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19 novos											
<b>TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19</b>											
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	15	20	20	10	0	0	10	10	10	2	0
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	0	0	0	10	10	10	10	10	10	10	10
<b>TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>10</b>
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	5	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	5	5	10	10	10	10	10	10
<b>TOTAL DE UTI PEDIÁTRICO COVID-19</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

Fonte: Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 e Deliberações CIB-SUS/MG referente ao período de 03/2020 a 11/2021.

### ANEXO 6- PLANILHA OCUPAÇÃO DE LEITOS UTI SUS COVID 19 POR PACIENTE DE CONVÊNIO HOSPITAL SÃO JOÃO DE



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## ANEXO 6- PLANILHA OCUPAÇÃO DE LEITOS UTI/SUS COVID-19 POR PACIENTE DE CONVÊNIO - HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS

Data	Nº leitos grade hospitalar Plano de Contingência (Resoluções SES/MG)	Total de leitos UTI/SUS ocupados (censo)	Leitos UTI/SUS ocupados por pacientes de convênio	Nº do prontuário/convênio	Resolução para manutenção de leitos de UTI COVID-19 por disponibilidade (competência abril/2021)	Data do pagamento do recurso ao Hospital São João de Deus	Banco/Agência/Conta Hospital São João de Deus	Valor da diária (R\$)
02/04/2021	20	18	1	8389296 - UNIMED	Res. 7502/2021	13/07/2021	Brasil Ag. 4341-9, c/c 29.380-6	800,00